

COOPERATIVISMO COMO ALTERNATIVA DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR: A COOPERATIVA DE PEQUENOS AGRICULTORES DE VIDEIRA E IOMERÊ (COPAVIDI)

Marcelo Zenaro¹
Valmor Schiochet²
Eduardo Gelinski Junior³

RESUMO

A agricultura familiar sempre representou uma forma de contribuição na oferta de alimentos para os lares brasileiros, inegavelmente. Diversas fontes afirmam que mais de 80% dos alimentos consumidos regularmente nos lares brasileiros são oriundos da agricultura familiar. Esse tipo de atividade agropecuária consiste na caracterização de familiares, em pequenas propriedades rurais, produzindo alimentos em suas próprias terras. Esses agricultores representam cerca de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, e o País possui políticas de benefícios e facilidades para que essa classe de agricultores familiares se organize e se desenvolva. As cooperativas são uma forma de organização de empreendimentos da economia solidária, e a Cooperativa de Pequenos Agricultores de Videira e Iomerê (Copavidi) foi criada justamente com esse propósito, ou seja, para atender às necessidades dos agricultores familiares, em uma iniciativa da própria comunidade, orientados pela Epagri. Os agricultores da Copavidi encontram o apoio necessário para fomento da produção, tecnologias, educação e principalmente logística para o mercado consumidor, já que seus produtos recebem atenção em relação à qualidade e higiene, embalagem e rotulagem, e em alguns casos são minimamente processados, algo que não seria possível sem a cooperativa.

Palavras-chave: Cooperativismo. Cooperativas populares. Economia solidária.

1 INTRODUÇÃO

A importância da agricultura familiar para o abastecimento e a segurança alimentar no mundo é inegável. Esse segmento é desafiado a apresentar respostas cada vez mais rápidas frente ao processo de globalização. No Brasil, a região Sul tem um contingente de agricultores familiares que totaliza 79% dos indivíduos ocupados na agricultura (GRAZIANO, 1998). É importante ressaltar, como afirma Wautier (2001, p. 38), que é também no Sul “[...] onde a agricultura ainda é, e será por muito tempo, a fonte principal de ocupação e renda, a base para a criação de novas alternativas econômicas e para o desenvolvimento de atividades de transformação e comercialização.”

A Cooperativa de Pequenos Agricultores de Videira e Iomerê (Copavidi) surgiu por intermédio de um pequeno grupo de agricultores familiares com ideais e características semelhantes. A alternativa de unirem-se para conseguir melhores resultados fez com que se organizassem em torno do propósito de buscar soluções próprias, trazer para si a responsabilidade e vivenciar os resultados alcançados coletivamente. A autoconfiança e o senso de comunidade trou-

¹ Mestre em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina; doutorando em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional de Blumenau; Professor de Marketing e Planejamento Estratégico na Universidade do Oeste de Santa Catarina, Campus Videira; marcelo.zenaro@unoesc.edu.br

² Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília; Mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina; Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Sustentável na Universidade Regional de Blumenau; valmorschiochet@gmail.com

³ Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná; Mestre em Economia Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Professor na Universidade do Oeste de Santa Catarina; eduardo.gelinski@unoesc.edu.br

xeram ao produtor a oportunidade de implantar e de vivenciar a cooperativa organizada como empreendimento de economia solidária.

Face a esse contexto, a união de forças, via associativismo e cooperativismo, constitui-se uma prerrogativa para a sustentabilidade da unidade produtiva e do negócio. No âmbito da agricultura familiar, a criação de associações e cooperativas vem sendo destacada pela literatura como um canal importante de produção, organização da produção, agregação de valor e comercialização da produção (PIRES, 2003).

O método de pesquisa utilizado por este estudo foi o da observação, combinado com as técnicas da entrevista não estruturada, pesquisa bibliográfica e análise documental. Vários autores defendem essa metodologia de estudos nas ciências sociais, entre eles Lakatos (2003), que explica os estudos dialéticos nas ciências humanas; levantamentos, pesquisas históricas e análise de informações em arquivos são alguns exemplos para realizar pesquisa por meio do método da observação. Foram entrevistados o gerente e supervisor Irineu Rosinek, contador gerente da Copavidi, e o supervisor da qualidade Edimar Araldi, engenheiro de alimentos. As visitas técnicas *in loco* aconteceram nos meses de outubro e novembro de 2016.

Os objetivos do estudo compreendem: analisar o cooperativismo como alternativa de desenvolvimento social e econômico; e investigar o caso da Copavidi, caracterizando-a como empreendimento de economia solidária e apresentando sobre sua importância para a geração de renda e competitividade aos agricultores familiares locais.

2 DESENVOLVIMENTO REGIONAL E COOPERATIVISMO

O desenvolvimento local é um modo de promover o desenvolvimento que leva em consideração o papel de todos os agentes, para tornar dinâmicas as potencialidades que podem ser identificadas quando se observa uma unidade socioterritorial delimitada (PANZUTTI, 1997); tem uma acentuada relação com o princípio do movimento cooperativista, visto que a preocupação com a comunidade é o que sustentará a cooperativa no futuro e será permanentemente necessário para comandar os seus diferentes sistemas sociais, políticos, culturais e econômicos.

O que caracteriza o vigor comunitário para o desenvolvimento é a sequência articulada de esforços e eventos-chave dirigidos para o gradativo bem-estar econômico e social a partir da adesão e do compromisso dos próprios cidadãos com a execução das ações planejadas e orientadas para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes (FLEURY, 1983, p. 15).

Laidlaw (1987) acrescenta que o desenvolvimento local é um artifício eminentemente endógeno, ou seja, que busca usar seus potenciais próprios, naturais, humanos, institucionais e organizacionais para mudar os sistemas produtivos locais com o objetivo de aperfeiçoar o bem-estar da população. Benecke (1980) explica que a organização cooperativa é importante para a geração de renda. As empresas cooperativistas são organizações que oferecem uma importante contribuição para o desenvolvimento econômico, incorporada à geração e repartição de renda e à criação de empregos. Todavia, as cooperativas facilitam a distribuição dos resultados econômicos proporcionais às operações com seus associados (BENECKE, 1980).

As empresas cooperativas traçam táticas para duas dimensões: a social e a econômica, visto que na área social a cooperativa está voltada para o fortalecimento do bem-estar do indivíduo na comunidade. Na dimensão econômica volta-se para a rentabilidade da atividade individual do associado. Portanto, as cooperativas são um ambiente delimitado que constituem uma rede formada pela afinidade entre os cooperados. A conexão de um cooperado em um princípio agroindustrial torna-o um agente participante do desenvolvimento local.

Dessa forma, o cooperativismo tem muito a contribuir para o êxito e a criação de polos microrregionais e locais de crescimento integral, humano e sustentável, pois os sócios de uma cooperativa são peças ativas para aquela comunidade, visto que nelas estão plantadas suas raízes. Cabe destacar que esta teoria não rejeita a ideia de crescimento econômico, mas lhe impõe limites, subordinando-o a imperativos não econômicos. Seu caráter coletivo fortalece processos de construção de poder comunitário cujos efeitos de iniciativas econômicas populares podem contrariar as causas estruturais da marginalização e atingir a esfera política (SINGER, 1998).

O grande problema do crescimento econômico estava na agricultura, pois ela é incapaz de produzir alimentos baratos para o abastecimento dos trabalhadores, o que aumentava os salários nominais, tornando, assim, necessários a aquisição dos meios de produção e o aumento do nível de produto. A produtividade natural da terra ainda poderia

contribuir mais com o desenvolvimento econômico, com o uso intensivo de capital, o que aumentaria o crescimento da agricultura. Seria necessário um programa fisiocrático para mudar a mentalidade vigente, criar condições para o aumento dos investimentos na atividade agrícola e para desencadear o crescimento dos demais setores (CORADINI, 1982).

De acordo com Keynes (1936), o desenvolvimento está relacionado ao pleno emprego dos fatores de produção, com evidência para a propensão marginal a consumir, a preferência por liquidez e, ainda, a eficiência marginal do capital, sendo este o maior contribuinte para o desenvolvimento econômico. Portanto, o conceito de desenvolvimento vem contribuindo para promover a caracterização que afirme a importância do cooperativismo como instrumento de desenvolvimento econômico local sustentável.

2.1 AS COOPERATIVAS RURAIS E O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO

A pequena propriedade familiar e a organização comunitária representaram a sustentação da construção social da área rural em Santa Catarina e originaram, ao longo da formação social do espaço, a emergência do fenômeno do associativismo. A essência do movimento cooperativista origina-se da solidariedade entre colonos como uma prática corriqueira em seu cotidiano, cultuada, sobretudo, para fazer frente aos obstáculos naturais e às precárias condições de suprimento dos indivíduos e da coletividade. Ajudar o vizinho nas derrubadas, na colheita, nas edificações da propriedade e na construção de espaços foi, por décadas, a *praxis* do meio rural, que definiu o modelo de colonização no Estado.

Em meados da década de 1990, o movimento cooperativista sentiu a necessidade de adaptar-se à realidade contemporânea, com o intuito de adentrar no mercado, pois esse momento foi marcado pelas crises mundiais do sistema econômico. A própria Aliança Cooperativa Internacional (AIC), no congresso realizado em 1995, apontou para a necessidade de profissionalização, admitiu o recebimento de juros sobre o capital integrado e recomendou a criação e o estabelecimento de parcerias (TURRA; SANTOS; COLTURATO, 2002).

Em Santa Catarina, o período de crescimento das cooperativas acompanhou o cenário nacional e, em especial, as cooperativas agropecuárias que começaram a surgir a partir da década de 1940. A integração do setor produtivo ao mercado teve como agente as cooperativas, que passaram a desempenhar um papel fomentador do desenvolvimento econômico pela mediação e articulação que exerceram entre os diferentes agentes econômicos, sendo os principais braços desta integração.

O cooperativismo e agricultura familiar na formação do espaço agrícola de Santa Catarina evoluiu muito, não apenas por esta se tratar de uma região com grande número de pequenas propriedades rurais, mas pela própria potencialidade do setor da agricultura familiar. Neste Estado as cooperativas estiveram em sintonia com as políticas de modernização, que viam a necessidade de especialização da produção como condição para consolidar o modelo agrário exportador. A verdadeira diferença entre as sociedades cooperativas e as demais instituições não cooperativas se encontra na dimensão social, que, como princípio, deve estar em sintonia com os fins sociais e econômicos quando cooperativa. O cooperado delega suas responsabilidades e segue o princípio da lealdade e da confiança.

A relação entre cooperativa e agricultores configura-se como intermediadora entre plantio e comercialização, ampliando sua importância nas chances de obtenção de maiores lucros aos agricultores, seja no momento da colocação dos produtos da agricultura no mercado, seja na compra de bens ou, ainda, na prestação de serviços (RIOS, 1989).

2.2 AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVISMO

Na década de 1990 ocorreram profundas mudanças estruturais foram motivadas por uma convergência de fatores: o acelerado processo de globalização, a reestruturação da cadeia produtiva nacional motivada pela abertura comercial no início da década para combater a entrada do produto importado, e o processo de privatização, na tentativa do Governo de reduzir o déficit primário, o que resultou na precarização das condições de trabalho no mercado formal e na extinção de muitos postos formais de trabalho, levando muitos trabalhadores a retornarem para suas regiões de origem.

Segundo Rosa (1999), os agricultores familiares não conseguiram acompanhar as alterações no cenário econômico em que estavam inseridos, pois nesse período ocorreu a entrada de grandes volumes de produtos estrangeiros, atrelados à inserção de novas tecnologias, ocasionando a perda de competitividade frente aos concorrentes, pois a agricultura brasileira, que antes era protegida, tornou-se exposta à concorrência internacional.

Surgem, então, as cooperativas, consideradas práticas com o intuito de defender os trabalhadores face à precarização das relações de trabalho oriunda do modo de produção capitalista. Portanto, o movimento cooperativista deve ser visto como um movimento social que surgiu com o despertar do sistema capitalista no final do século XVIII e início do século XIX, um período marcado pelas relações de conflito entre capital e trabalho provocadas pelas péssimas condições de trabalho, que levaram a classe operária a se organizar de forma associativa, contrapondo-se às novas imposições do mercado formal de trabalho provocadas pelo modo de produção capitalista.

Para que o cooperativismo se torne eficaz como sistema econômico, faz-se necessário o envolvimento dos agentes locais a fim de que se tornem protagonistas, propiciando-lhes melhoria da qualidade de vida e incremento da renda familiar, além da melhoria das condições de trabalho. Desse modo, as cooperativas agropecuárias poderão desempenhar sua função social, tendo como meta a redução da pobreza e o combate à precarização das condições de vida de seus cooperados agricultores familiares, assumindo compromisso com a promoção do desenvolvimento.

2.3 PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO E AS COOPERATIVAS RURAIS

No Brasil, a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) e as Organizações Estaduais de Cooperativas (OCEs) orientam e apontam os caminhos para que as cooperativas possam se constituir no âmbito de uma rede de solidariedade e cumprirem seu papel na sociedade.

Os princípios do cooperativismo, de acordo com a Legislação Federal, são:

- a) adesão livre: cada pessoa tem plena liberdade de se associar a uma cooperativa e dela sair;
- b) neutralidade social, política, religiosa e racial: significa que a cooperativa deve tratar de forma igualitária os seus cooperados, sem fazer distinções por motivos sociais, partidários, religiosos, raciais ou sexuais;
- c) controle democrático: na cooperativa, cada cooperado tem um voto, independentemente do número de quotas-parte, com direito a votar e ser votado;
- d) retorno das sobras: a cooperativa não visa a lucros, o que seria a remuneração do capital. Se houver sobras no fechamento do Balanço Anual, elas são destinadas aos fundos previstos no estatuto da cooperativa, e o resto fica à disposição da Assembleia Geral, que decide livremente sobre o seu destino;
- e) juro limitado ao capital: o sistema cooperativista considera o capital como simples fator de produção, limitando o máximo de juros que podem ser pagos;
- f) educação permanente: todas as pessoas carecem de aperfeiçoamento constante, capacitando-se para o exercício da cooperação;
- g) cooperação intercooperativa: não somente os cooperados devem se unir em torno de interesses comuns para viabilizar uma cooperativa, mas as próprias cooperativas devem se unir;
- h) autonomia e independência: evita-se a possibilidade de intervenção de governos sobre o cooperativismo, o que atualmente no Brasil é proibido pela Constituição;
- i) responsabilidade social: orientação para que as cooperativas se preocupem com o bem-estar não somente de seus membros, mas também com o ambiente e com a comunidade.

Como atribuição de uma cooperativa rural, pode-se citar, ainda, o fomento da própria atividade rural por meio do crédito ao produtor, que pode ser viabilizado com capital da própria entidade ou com crédito governamental, recebido e repassado aos cooperados em condições atrativas e viáveis para os negócios do campo.

O Governo Federal, por intermédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), disponibiliza diversas linhas de recursos direcionadas às cooperativas agropecuárias e de crédito agropecuário. Essas

linhas de crédito são acessáveis diretamente pelo BNDES ou por outras instituições financeiras credenciadas pelo Governo para o repasse das verbas às cooperativas e seus cooperados. Além do crédito disponibilizado pelo BNDES, o Banco do Brasil conta com uma linha de crédito destinada às cooperativas.

Todas essas linhas de crédito disponíveis são destinadas ao fomento da atividade agropecuária no Brasil por meio do cooperativismo e, em última análise, fomentam o aumento da produção, a melhoria da produtividade no campo, as vendas no mercado interno e também as exportações. A produção agrícola organizada pelas cooperativas se apresenta como uma grande alternativa para atender a esses propósitos.

3 A COPAVIDI

Esta parte do estudo apresenta as principais características da Copavidi, seus princípios constitutivos, objetivos e forma de atuação. Os resultados são fruto de diversas visitas técnicas investigativas e entrevistas com os dirigentes e cooperados do empreendimento.

3.1 SURGIMENTO DA COPAVIDI

No início do projeto, em 2006, ainda no campo ideológico, os pequenos agricultores de agricultura familiar dos municípios de Videira e Iomerê, SC, foram convidados a aderir a ideia de formar um empreendimento coletivo de economia solidária, pois havia grande preocupação dos órgãos públicos e dos próprios colonos com questões como êxodo rural de jovens, enfraquecimento das atividades rurais, perda de produtividade, diminuição de renda e desmotivação dos pequenos produtores rurais. Formados pequenos grupos de discussão, os quais foram trabalhados metodologicamente em reuniões organizadas pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) de Videira ligada à Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca do Governo Estadual, surge então a Copavidi. Assim, em 15 de fevereiro de 2007, 21 pequenos agricultores aderiram à formação da cooperativa, cujo objetivo central foi melhorar o sistema produtivo e fornecer noções de administração e gerenciamento das propriedades agrícolas aos pequenos agricultores dos Municípios de Videira e Iomerê.

Em novembro de 2016 são 60 famílias associadas (cooperadas); a Copavidi possui 12 funcionários e um faturamento anual de mais de três milhões de reais, conforme números de 2015. Os principais produtos comercializados são: hortaliças *in natura* e extratos de frutas. Mensalmente, a Copavidi opera 100 toneladas de hortigranjeiros *in natura*, higienizados e embalados, e mais de 10 toneladas de alimentos processados em forma de extratos e sucos.

3.2 OBJETIVOS DA COPAVIDI

O estudo *in loco* aponta os seguintes objetivos da Copavidi:

- a) organizar e comercializar a produção oriunda da agricultura familiar;
- b) fornecer alimentos ao Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE);
- c) fornecer insumos adequados à agricultura familiar (quantidade de embalagens adequadas à necessidade da agricultura familiar);
- d) fornecer pequenas máquinas, implementos, peças e demais necessidades da agricultura familiar;
- e) capacitar os agricultores familiares na diferenciação entre agricultura familiar e agricultura empresarial;
- f) capacitar o agricultor familiar em relação aos créditos disponíveis para suas atividades;
- g) fornecer assistência técnica para as necessidades da agricultura familiar;

- h) agregar valor aos produtos, diferenciando-os por meio da obtenção de selos que atestem que são produzidos pela agricultura familiar;
- i) criar sua marca própria.

3.3 COMO PARTICIPAR DA COPAVIDI

Para fazer parte da Cooperativa enquadrando-se como agricultor familiar são necessários alguns requisitos fundamentais, nos quais o regimento interno prevê como forma de organização: renda bruta familiar anual de até R\$ 160.000,00 e não mais que dois empregados diretos; no mínimo 60% da renda bruta familiar anual deve ser oriunda da atividade agropecuária; e deter no máximo, por qualquer forma de posse, até 30 hectares de terras.

3.4 COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS

Após sua estruturação, a Copavidi tornou-se uma ótima opção de comercialização de produtos agrícolas, visto que pode participar de chamadas públicas, o que, em muitos casos, é vedado a empresas que não sejam cooperativas de agricultura familiar. As vantagens comerciais para os agricultores são visíveis em razão de que a Copavidi:

- a) pode também participar de licitações;
- b) pode organizar a produção (por exemplo: produtores de figo e das frutas de caroço);
- c) agrega valor ao produto, por meio de processamento, mesmo mínimo (por exemplo: a higienização e embalagem dos produtos e alguns processos de pré-cozimento);
- d) poderá no futuro industrializar produtos da agricultura familiar;
- e) fornece insumos, fertilizantes, defensivos com subsídios;
- f) fornece pequenas máquinas, implementos, etc.;
- g) armazena a produção em câmaras frias, locais adequados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do cooperativismo rural é desenvolver ferramentas para aumentar a velocidade do desenvolvimento das pequenas propriedades rurais. O desenvolvimento rural crescente é oportuno para a redução das desigualdades locais, regionais e territoriais que se estabeleceram ao longo do tempo. Inúmeros fatores contribuem para o processo de desenvolvimento das áreas rurais (NEVES, 2007). No presente estudo, evidenciaram-se alguns elementos ou contribuições com a criação da Copavidi como empreendimento de economia solidária:

- a) maior acesso dos cooperados aos meios de produção, permitindo elevar a renda e diminuir a pobreza;
- b) agricultura diversificada e adequação da produção ao meio rural;
- c) maior concentração das atividades, em razão das vantagens da proximidade;
- d) um conjunto de propriedades bem alicerçadas, permitindo a valorização do território;
- e) orientações sobre o clima, por favorecer diversificadas culturas;
- f) a inovação e a tecnologia;

- g) logística para atuarem num mercado competitivo e de clientes muito exigentes;
- h) mudanças e melhorias da qualidade para aumentar a competitividade.

O desenvolvimento possui trajetória própria, além de ser específico de região para região. Em relação ao desenvolvimento regional em regiões mais necessitadas, existe a necessidade da busca de elementos da economia solidária para atuar de forma mais efetiva na elevação da qualidade de vida e na promoção do desenvolvimento social e econômico. Muitas vezes, o crescimento e o desenvolvimento de regiões são bastante diferenciados em razão de incentivos por parte de governantes ou mesmo pelo interesse dos próprios atores locais CLEMENTE; HIGACHI (2000).

Observa-se que cada região tem suas características próprias, e também é importante enfatizar que, na maioria das vezes, os proprietários não têm conhecimento de que o setor agrícola contribui de forma efetiva para o desenvolvimento do País. Daí a necessidade de educação, formação de conceitos para o pequeno produtor rural e integração desses agricultores familiares no contexto da economia e do mercado.

A implantação da cooperativa permitiu às unidades familiares a comercialização de seus produtos em mercados competitivos, bem como o fornecimento de produtos para as escolas públicas municipais e estaduais da região.

Espera-se que este estudo deixe como contribuição a reflexão sobre a importância do trabalho associativo solidário, em especial na região do Alto Vale do Rio do Peixe, em Santa Catarina, para a sustentabilidade dos empreendimentos e a melhoria da qualidade de vida dos pequenos produtores da agricultura familiar.

Cooperativism as an alternative for strengthening family agriculture: the cooperative of small farmers of Videira and Iomerê (COPAVIDI)

Abstract

Family farming has always represented a contribution to the supply of food for Brazilian households, undeniably. Several sources say that more than 80% of the food consumed regularly in Brazilian households comes from family farming. This type of agricultural activity consists of the characterization of relatives, in small rural properties, producing food in their own lands. These farmers account for about 10% of the Brazilian Gross Domestic Product (GDP), and the country has policies of benefits and facilities for this class of family farmers to organize and develop. Cooperatives are a form of enterprise organization of the solidarity economy, and the Cooperativa de Pequenos Agricultores de Videira and Iomerê (Copavidi) was created precisely for this purpose, that is, to meet the needs of family farmers, in an initiative of the community itself. Guided by Epagri. Copavidi's farmers find the necessary support to foster production, technologies, education and especially logistics for the consumer market, since their products receive attention in relation to quality and hygiene, packaging and labeling, and in some cases are minimally processed, something which would not be possible without the cooperative.

Keywords: Cooperativism. Cooperatives. Solidarity economy.

REFERÊNCIAS

ARROYO, J. C. T.; SCHUCH, F. C. **Economia popular e solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

BENECKE, D. W. **Cooperação e desenvolvimento**: o papel das cooperativas no processo de desenvolvimento econômico nos países do terceiro mundo. Porto Alegre: Coojornal; Recife: Assocene, 1980.

CLEMENTE, A.; HIGACHI, H. Y. **Economia e desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas, 2000.

CORADINI, O. **Agricultura, cooperativismo e multinacionais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

FLEURY, M. T. L. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Global, 1983.

GAIGER, L. I. Empreendimentos Econômicos Solidários. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 135-143.

GAWLAK, A.; RATZKE, F. A. Y. **Cooperativismo**: filosofia de vida para um mundo melhor. 2. ed. Curitiba: Ocepar, 2001.

GRAZIANO, J. da S. A nova dinâmica da agricultura brasileira. 2. ed. Campinas: 1998.

JESUS, P. Desenvolvimento Local. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. São Paulo: Veraz Editores, 2003. p. 72-75.

KEYNES, J. M. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Atlas, 1936.

LAIDLAW, A. F. **As Cooperativas no ano 2000**. 2. ed. São Paulo: OCEMG, 1987.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MANCINI, E. A. **A revolução das redes**: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis: Vozes, 1999.

NEVES, M. F. **Agronegócios e desenvolvimento sustentável**: uma agenda para a liderança mundial na produção de alimentos e bioenergia. São Paulo: Atlas, 2007.

NORONHA, A. V. **Cooperativismo**. São Paulo: Cupolo, 1976.

OLIVEIRA, D. de P. R. de. **Manual de gestão das cooperativas**: uma abordagem prática. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PANZUTTI, R. **Estratégias de financiamento das cooperativas agrícolas no estado de São Paulo**: Caso da Cooperativa dos Agricultores da Região de Orlândia. São Paulo, 1997.

PIRES, M. L. L. e S. A (re)significação da extensão rural. O cooperativismo em debate. In: LIMA, J. R. T. (Org.). **Extensão rural e desenvolvimento sustentável**. Recife: Bagaço, 2003.

RIOS, G. de S. L. **O que é cooperativismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ROSA, S. L. C. Agricultura familiar e desenvolvimento local sustentável. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37., 1999, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu, ago. 1999.

SINGER, P. **De dependência em dependência**: consentida, tolerada e desejada. Estudos Avançados, 1998.

SINGER, P. Economia Solidária: geração de renda e alternativa ao neoliberalismo. **Proposta – Revista Trimestral de Debates**, São Paulo: FASE, 1997.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

TURRA, F. R.; SANTOS, F. E. de G.; COLTURATO, L. C. **Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo**: Associações e Cooperativas. Brasília, 2002.

WAUTIER, A. M. **A construção identitária e o trabalho nas organizações associativas**. Ijuí: UNIJUÍ, 2001.